

FABRICANDO A CIDADE. SÃO BERNARDO DO CAMPO E O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL

Marcelo Cardoso de Paiva

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo (FAU-USP)

mcpaiva@usp.br

Resumo

Este trabalho é parte de uma dissertação de mestrado em andamento na FAU-USP voltada ao estudo sobre as práticas de preservação do patrimônio cultural no âmbito das políticas públicas municipais partindo do caso específico do COMPAHC – Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de São Bernardo do Campo – e busca refletir sobre o espaço ocupado pelo patrimônio industrial na história desse Conselho. Trata-se mais especificamente de refletir em que medida o patrimônio industrial bernardense desempenha (ou não) o papel de suporte de memória coletiva dos movimentos sociais, da indústria e do trabalho por um lado, e por outro, de que valores, significados e tensões sociais é vetor.

Palavras-chave

patrimônio cultural – patrimônio industrial – São Bernardo do Campo

A preservação do patrimônio cultural tem se apresentado como prática cada vez mais presente no cotidiano da sociedade brasileira nas últimas décadas. Diretamente relacionada ao processo de redemocratização nos anos 80, a crescente participação das comunidades junto às políticas públicas locais também alcançou as políticas de preservação. Dessa maneira, experiências de preservação em âmbito local tem apontado novos caminhos sobre o papel dos municípios na formulação de novas estratégias de preservação do patrimônio cultural mais voltadas às vivências, memórias coletivas e participação das comunidades locais afetadas pelas políticas de preservação¹. O patrimônio cultural se apresenta portanto como vetor de disputas materiais e simbólicas sobre o espaço urbano². Trata-se em última instância de grupos locais buscando exercer seu direito à memória e sobre a própria cidade³

Como uma das expressões possíveis do patrimônio cultural edificado, a preservação de edifícios ligados a atividades industriais, como fábricas e vilas operárias, vem crescendo no

¹ Sobre a importância das iniciativas e políticas municipais de preservação e a participação das comunidades locais nas políticas de preservação ver MARINS, 2008;

² Sobre a dimensão simbólica e política do patrimônio cultural ver MENESES, 1996 e 2006 e sobre as disputas materiais e simbólicas sobre o espaço urbano ver LEITE, 2004;

³ Sobre a memória e o patrimônio cultural como direito, bem como o papel do Estado na sua garantia ver CHAUI, 1992;

Brasil tanto no meio acadêmico quanto nas políticas e práticas de preservação. Isso se deve tanto à dilatação da noção de patrimônio cultural que vem ocorrendo nas últimas décadas, quanto ao fenômeno de desindustrialização em grandes cidades, característico da pós-modernidade, que vem causando profundas reconfigurações no tecido urbano. Esse processo vem causando perdas de edifícios carregados de memórias e significados de vários grupos sociais historicamente envolvidos no processo de industrialização⁴. Nessa perspectiva, a região do Grande ABC, em especial a cidade de São Bernardo do Campo, oferece elementos relevantes para reflexão sobre a preservação do patrimônio industrial uma vez que se constituiu como um dos principais pólos industriais do país cuja classe operária mobilizada protagonizou movimentos sociais e políticos de envergadura nacional.

A fim de estabelecer elementos e caminhos para tal reflexão, abordarei a seguir o caso da cidade de São Bernardo do Campo no que diz respeito ao patrimônio industrial e sua preservação tomando como foco principal as políticas de preservação do COMPAHC – Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural bernardense⁵. Primeiramente apresento um balanço quantitativo e qualitativo dos bens edificados relacionados à industrialização que foram alvo das ações do COMPAHC. Em seguida busco identificar quais os interesses e as forças sociais e políticas que estiveram envolvidas nas políticas de preservação para esses bens. Por fim procuro problematizar em que medida as políticas de preservação bernardenses são representativas, ou seja, em que medida o patrimônio industrial em São Bernardo do Campo é resultado de demandas sociais por suportes de memória coletiva.

A memória nas fábricas: o patrimônio industrial bernardense

Qualquer motorista de passagem pela Via Anchieta reconhece como marca característica da paisagem de São Bernardo a enorme fachada da Karman Ghia, curvilínea, acompanhando a curva da estrada, ou então a fachada de quase três quilômetros da Volkswagen, a da

⁴ Sobre o processo de desindustrialização, descentralização e formas de produção flexível ver HARVEY (1994) e GITAHY (2000) e sobre as respectivas transformações socioeconômicas ver LOPES (1995) e HOBBSAWM (1995). Já sobre a problemática da preservação do patrimônio industrial ver RODRIGUES (2010) e COSSONS (2011).

⁵ Apresentei uma avaliação do histórico do COMPAHC-SBC (PAIVA, 2009)

Scania e a da Mercedes-Benz, para citar apenas as mais evidentes. Para quem entra na cidade ou para moradores locais, gabaritos de grandes galpões industriais e chaminés também saltam aos olhos. De brinquedos a discos, de cobertores a produtos de limpeza, de móveis à papelaria, de eletrodomésticos a automóveis, quantos bens de consumo presentes no cotidiano do consumidor brasileiro não foram produzidos em fábricas de São Bernardo entre os anos 50 e 80? E qual é o espaço que a industrialização ocupa na memória de São Bernardo do Campo? Qual o espaço dessa memória nas políticas públicas de preservação?

São Bernardo do Campo conta com um conselho municipal de preservação do patrimônio histórico e cultural desde 1984⁶. O COMPAHC-SBC – Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural de São Bernardo do Campo conta com vinte e dois bens tombados⁷ e mais cerca de cem bens no Inventário de Bens Culturais⁸ elaborado a partir de estudos do Conselho em 2002. Na ocasião da composição do Inventário, os Conselheiros compuseram um documento intitulado Diretrizes de Preservação do Patrimônio Cultural de São Bernardo do Campo definindo os parâmetros de atuação do órgão. Entre elas constam como critério, entre outros, *urbanização, industrialização e movimento sindical*.

Entre os vinte e dois bens tombados, relacionam-se diretamente à industrialização apenas quatro: a torre da tecelagem Elni, a Chaminé da Avenida Perry Ronchetti, os Estúdios Cinematográficos da Companhia Vera Cruz e a Cidade da Criança. Destes, apenas os dois primeiros estão diretamente relacionados à produção fabril. A Vera Cruz e a Cidade da Criança são ligadas à indústria cinematográfica e televisiva dos anos 50 e 60. A Vera Cruz

⁶ Lei Municipal 2608, de 05 de junho de 1984;

⁷ São eles: Capela de São Bartolomeu, Casa do Comissário do Café, Chácara Silvestre, Capela Santa Filomena, Pavilhão e Estúdios da Antiga Companhia Cinematográfica Vera Cruz, Câmara de Cultura Antonino Assumpção, Capela Nossa Senhora da Boa Viagem, Capela Santo Antônio, Igreja Presbiteriana Independente, Igreja Santa Maria, Edifício Alfa da Universidade Metodista de São Paulo, Cidade da Criança, EMEB Santa Terezinha, Torre da Elni, Obelisco do Soldado Constitucionalista, Painel de Azulejo da Fonte Água Mineral, Árvore dos Carvoeiros, Chaminé da Avenida Perry Ronchetti, Área Verde da Antiga Chácara Lauro Gomes, Painel Memórias de Uma Cidade, Jatobá da Avenida Vergueiro e Edifício Wallace Simonsen.

⁸ Disponível em

http://www.saobernardo.sp.gov.br/comuns/pqt_container_novo.asp?srcpg=compahc_index&IHTML=false (acesso feito em janeiro de 2012);

por ter produzido filmes como *Sinhá Moça* (1953), o sucesso internacional *O Cangaceiro* (1953) e os primeiros filmes de *Mazzaropi*; a Cidade da Criança por ter se originado como cenário da novela *Redenção* (1966-1968). Indiretamente ligada à industrialização, foi também tombada a Árvore dos Carvoeiros, destaque na paisagem da Via Anchieta, onde se encontravam os carvoeiros no caminho entre a cidade e o atual distrito de Riacho Grande, onde se produzia o carvão vegetal, uma das primeiras atividades industriais de São Bernardo do Campo.

Já no Inventário de Bens Culturais, nos quesitos *industrialização* e *movimento sindical* figuram timidamente o conjunto completo da Indústria Elni (cuja torre já é tombada) e o Estádio 1º de Maio da Vila Euclides, palco de uma das maiores greves operárias, das quais Luís Inácio Lula da Silva e o Partido dos Trabalhadores surgiram como lideranças políticas. O documento ainda inclui uma listagem publicada no jornal Diário do Grande ABC⁹ nos anos 1980 feita pelo jornalista Ademir Médici, à época conselheiro do COMPAHC-SBC, com boa parte dos citados bens já perdidos ou descaracterizados. Médici apresenta uma lista específica do que julgava ser o patrimônio industrial do ABC, listando mais de quinze bens em São Bernardo do Campo como as dependências das antigas Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo, da fábrica de discos Odeon, da Mercantil Suíça (fábrica de bicicletas), da Brastemp, da Volkswagen, da Ford, da Villares, da Mercedes-Benz e da Faculdade de Engenharia Industrial (FEI).

Na apresentação do Inventário, a industrialização é descrita em “duas fases históricas distintas relacionadas ao próprio processo de formação industrial brasileiro”¹⁰. A primeira diz respeito ao primeiro surto industrial da região do grande ABC, impulsionado principalmente pelo advento da ferrovia Santos Jundiaí em 1867, que atravessou a região ligando a capital ao porto de Santos. A partir de então, São Bernardo desenvolveria principalmente as indústrias “ligadas ao setor de madeira”¹¹, especialmente a moveleira, e têxtil. A segunda, à “produção de bens de consumo duráveis, no período pós anos 50, ligada principalmente ao

⁹ Diário do Grande ABC, Santo André, B9, 24/05/1987 e C1, 14/16/1987;

¹⁰ Inventário de Bens Culturais, disponível em

http://www.saobernardo.sp.gov.br/comuns/pqt_container_novo.asp?srcpg=compahc_index&IIHTML=false (acesso feito em janeiro de 2012)...

¹¹ Idem

setor automobilístico”¹². Foi nesse período que o governo JK (1956-1961) elegeu a indústria automobilística como carro chefe da industrialização em seu Plano de Metas e tomou a Via Anchieta como palco principal para a instalação de gigantescas montadoras de multinacionais do setor fazendo de São Bernardo a “Detroit Brasileira”. A produção de bens de consumo para todo o país que ali se desenvolveu atraiu enormes levas de migrantes e aumentou consideravelmente a presença de imigrantes, já comum na região desde as primeiras colônias no século XIX.

O eixo temático do *movimento sindical* prevê a preservação de “bens que expressam o papel dos movimentos de trabalhadores na produção do espaço da cidade”. É sabido que a grande massa de operários que a industrialização no Grande ABC reuniu se mobilizou e se organizou politicamente para defender os interesses da classe trabalhadora. Por isso “São Bernardo, assim como todo o ABC é conhecido nacionalmente como berço do moderno sindicalismo. Sindicalismo que forçou mudanças políticas no país no final dos anos 70”¹³.

Excetuando-se a listagem de Admir Médici, todos os bens até então mencionados estão localizadas nas proximidades do eixo do antigo Caminho do Mar (onde atualmente passam as avenidas Marechal Deodoro e Vergueiro), espaço de passagem entre Santos e São Paulo, ao redor do qual São Bernardo formou seu primeiro núcleo urbano. Na Via Anchieta encontra-se apenas a Árvore dos Carvoeiros, próxima ao ponto onde a via foge ao traçado original do Caminho do Mar. Cronologicamente, nenhum deles traz referências posteriores aos anos 50. Nenhum bem, portanto, é representativo do segundo surto de industrialização, o maior e mais profundo, previsto no inventário. Tendo isso em vista o número de bens tombados ou inventariados pelo COMPAHC como suporte de memória do processo de industrialização é espantosamente desproporcional ao espaço que tal processo ocupa na paisagem, na memória e na cultura da cidade.

¹² Idem

¹³ Idem

Heranças – os valores e significados do patrimônio industrial

Para melhor se compreender o repertório de bens protegidos pelas políticas públicas é necessário que se observe quem são os agentes envolvidos e quais são os valores e interesses mobilizados nos processos de patrimonialização. Quem decide e a quem interessa a preservação? A quem e por que interessa preservar o patrimônio industrial em São Bernardo do Campo? Quais os valores mobilizados pela ou contra a preservação?

Um primeiro aspecto que chama a atenção é a questão da propriedade e do valor de uso dos bens industriais que já foram alvos das políticas de preservação. Em São Bernardo, a Cidade da Criança, os Estúdios Vera Cruz, o conjunto da Elni e o Estádio 1º de maio são de propriedade da Prefeitura Municipal de São Bernardo do Campo. O tombamento desses bens se pautou pelo enfrentamento da população e da Câmara Municipal com o poder executivo. O prefeito Aron Galante, que anunciara um possível leilão da Vera Cruz¹⁴, exerceu seu poder para vetar os tombamentos dos Estúdios (derrotado pela Câmara por força de lei¹⁵), da Torre da Elni e do Estádio 1º de Maio. O prefeito seguinte, Maurício Soares, sinalizava a venda da Cidade da Criança e ainda vetou o tombamento das edificações remanescentes das Indústrias Matarazzo, que incluía galpões e casas operárias. Do patrimônio industrial tombado em São Bernardo, apenas a Chaminé da Avenida Perry Ronchetti figura entre os bens de propriedade particular e, ocupando apenas pequena área, foi preservado com a iniciativa e colaboração do próprio proprietário¹⁶.

A preservação da Vera Cruz foi um dos principais fatores que ocasionaram a criação do COMPAHC. Com o leilão da Vera Cruz, Galante planejava pagar as dívidas da Prefeitura com a Prosb¹⁷, empresa de economia mista que administrava a propriedade, e planejava também se desfazer do conjunto da Vila Euclides, incluindo o Estádio 1º de Maio e a Torre da Elni, para viabilizar um grande empreendimento comercial¹⁸. O tombamento dos Estúdios

¹⁴ Diário do Grande ABC. Santo André, A4, 01/04/1983.

¹⁵ Diário do Grande ABC, Santo André, A2, 04/06/1987 e projeto de Lei Municipal 2887;

¹⁶ Ata da 97ª Reunião Ordinária, 30.01.2007, Livro de Atas do COMPAHC-SBC;

¹⁷ Diário do Grande ABC...

¹⁸ Processo 15.264/86 da PMSBC.

Vera Cruz¹⁹ partira de um projeto de lei de autoria do vereador Lenildo Magdalena, e o da Cidade da Criança²⁰, do vereador Admir Ferro. Magdalena foi o autor do projeto da Lei Municipal 2608/84 que cria o COMPAHC²¹ e Ferro foi também autor do projeto de lei para tomba o conjunto das Indústrias Matarazzo.

O Estádio 1º de Maio só foi tombado provisoriamente com o Inventário em 2002 sendo reinaugurado quando o “Tigre”, o time de futebol São Bernardo chegou à primeira divisão do Campeonato Paulista em 2011. Finalmente o tombamento da Torre da Elni só foi efetivado em 1998 com a Lei 4690, após mais de uma década, defendido principalmente por Conrado Bruno Corazza, um dos conselheiros mais longevos do COMPAHC, engenheiro e representante da Associação dos Engenheiros e Arquitetos do ABC. Segundo suas pesquisas, na Torre da Elni, “a água passava por canais de concreto sendo anteriormente recebido sulfato de alumínio, que tinha por finalidade tratar fisicamente a água utilizada no alvejamento dos fios usados na confecção das colchas”²².

Ainda no mesmo ano, os conselheiros davam andamento ao processo para preservação das instalações das Indústrias Reunidas Fábricas Matarazzo e sua respectiva área verde, a última remanescente no centro da cidade. O conjunto era o mesmo que havia sido objeto de tombamento do projeto de lei do vereador Admir Ferro, vetado pelo prefeito Maurício Soares. Motivado muito mais pela preservação da área verde do que pelas instalações remanescentes das Fábricas Matarazzo, o COMPAHC, com o apoio da população e do vereador Gilberto Marçon, abre novo processo para a preservação da área, de propriedade do Ministério da Previdência Social. Nem cartas enviadas ao então presidente Itamar Franco impediram que o terreno fosse comprometido e o objeto de tombamento fosse descaracterizado²³. Em 2002, o pouco que restou das sucessivas vendas e divisões do conjunto entrou para o Inventário de bens culturais.

¹⁹ Projeto da Lei Municipal 2887/87

²⁰ Projeto da Lei Municipal 3496/90

²¹ Junto à Lei 2608, foram criadas as leis 2609 definindo incentivos fiscais, a lei 2610 definindo o patrimônio histórico e cultural do município e a lei 2611 listando os bens de interesse cultural.

²² Ata da 33ª Reunião Ordinária, 06/10/2000, Livro de Atas do COMPAHC-SBC

²³ 2ª Reunião Ordinária, 01/12/1993 e 3ª Reunião Ordinária 19/01/1994, Livro de Atas do COMPAHC.

É inegável que o valor de uso desses bens foi mobilizado em diversas situações contra e a favor do tombamento. Talvez o fato de serem propriedade pública municipal tenha facilitado seus tombamentos se considerarmos que o enfrentamento do COMPAHC à propriedade particular não alcançou o mesmo sucesso. Já em 1986, Bruno Corazza sugeriu e justificou o tombamento da chaminé da antiga Cerâmica Garcez, no bairro Rudge Ramos. O COMPAHC só abriu o processo em 2004 atendendo a um munícipe²⁴. O terreno fora vendido para empreendedores imobiliários cujas obras destruíram a chaminé inviabilizando seu tombamento²⁵. Na ocasião os conselheiros ainda sugeriram o tombamento da Tecelagem Tognato e da chaminé da Avenida Perry Ronchetti, esta tombada em 2007 com a iniciativa e colaboração do proprietário²⁶.

Um outro aspecto a se considerar são os valores culturais mobilizados pela população e pela opinião pública na preservação. A motivação da comunidade local para a preservação do conjunto Vera Cruz parece muito mais ter sido as ocasiões de encontros e convivência social promovidos pelo Centro de Convenções, Feiras e Certames de São Bernardo, como o exemplo das famosas feiras de móveis que ali aconteciam, do que o valor histórico da companhia cinematográfica. O mesmo acontece com a Cidade da Criança que, embora carregue o valor histórico em sua origem fora cenário da novela *Redenção*, possuía grande valor afetivo como um dos mais importantes parques e locais de lazer para a comunidade local. A mesma população reconhecia ainda a área das antigas fábricas Matarazzo mais pela sua área verde, a última do centro da cidade, do que pela memória da atividade fabril.

Com efeito, foi Corazza quem colocou o patrimônio industrial na pauta do COMPAHC mobilizando seu valor histórico. Membro de uma família ligada à indústria moveleira desde os anos 30, em sua segunda gestão como presidente do Conselho, em 1993, defendeu o estudo do Movimento Cívico Pró – São Bernardo do Campo pela criação de um Museu Industrial sugerindo como local o prédio da indústria de motores Perkins, na Avenida Wallace Simonsen e um Museu do Automóvel – idéia bastante apropriada para a “Detroit brasileira” – ambos com modelo de gestão mista entre prefeitura e sociedade civil. Corazza já contava com potenciais patrocinadores e doadores de peças de maquinário, inclusive sua

²⁴ Ata da 71ª Reunião Ordinária, 04/08/2004, Livro de Atas do COMPAHC-SBC;

²⁵ Ata da 74ª Reunião Ordinária, 04/11/2004, Livro de Atas do COMPAHC-SBC;

²⁶ Ata da 97ª Reunião Ordinária, 30.01.2007, Livro de Atas do COMPAHC-SBC;

própria família, e acreditava no sucesso financeiro do empreendimento²⁷. Além disso, desempenhou papel essencial nos tombamentos da Torre da Elni e das chaminés.

Certamente a passagem mais emblemática do jogo de forças, interesses e valores entre os vários agentes envolvidos na preservação do patrimônio industrial em São Bernardo do Campo é a sugestão da conselheira Vera Rotondo e, reunião do COMPAHC em 2001:

Vera informa que tomou conhecimento que a parte mais antiga da Volkswagen, “área zero”, será vendida, e por fazer parte da história da indústria da cidade, propôs que seja tombada, para que ali possa se fazer o museu da Indústria. Sr Corazza fala que há tempo vem estudando um local para o Museu da Indústria na Cidade. Objetos que poderiam estar no Museu, estão se deteriorando nos galpões das indústrias. Sr Osmar informa que existe um estudo de criação do Museu da Cidade e que necessita de local adequado para sua instalação. Vera Rotondo sugere que se faça uma parceria entre a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, Secretaria de Educação e Cultura e a Associação Comercial da Indústria de São Bernardo do Campo – ACISBEC, para a criação do Museu da Indústria. Sra Doraci informa que o Serviço está desenvolvendo um estudo para a criação e instalação do Museu da Cidade e que estão sendo avaliadas as peças que foram doadas do antigo Museu Pedagógico Raposo Tavares para a Prefeitura.²⁸

O primeiro fator que se nota no trecho citado é a irresistível presença da Volkswagen na paisagem urbana e na memória dos conselheiros e de todo cidadão de São Bernardo. Fundada em 1959, foi a primeira fábrica da montadora alemã fora da Alemanha, tem uma das maiores plantas industriais do país e já chegou a empregar mais de trinta mil funcionários. Sua fachada de mais de um quilômetro é destaque na paisagem da Via Anchieta. Não por acaso a sugestão de Vera Rotondo não encontra uma contestação sequer. Além disso, “museu da indústria” e “museu da cidade” soam praticamente sinônimos. A preservação da memória da industrialização, em especial da indústria

²⁷1ª Reunião Extraordinária, 17/11/1993 e 02ª Reunião Ordinária, 01/12/1993, Livro de Atas do COMPAHC.

²⁸ Ata da 40ª Reunião Ordinária, 04/06/2001, Livro de Atas do COMPAHC.

automobilística, bandeira defendida por Bruno Corazza, figura também nas preocupações das instituições culturais do município, como demonstra Doraci Sponchiato, na ocasião membro do Serviço de Patrimônio Histórico da prefeitura.

A passagem traz também a discussão do papel das políticas públicas na mobilização do patrimônio cultural. Para realizar um tombamento de propriedade de uma grande multinacional, seria preciso haver vontade política traduzida em um esforço conjunto de diversas secretarias do governo orquestrado em ao menos três frentes: a proteção legal do edifício por meio do instrumento do tombamento com tudo o que ele acarreta, a qualificação do edifício por meio da definição do seu uso como proposta de mobilização dos valores que motivaram seu tombamento e, finalmente, o envolvimento de diversos setores da sociedade civil e de recursos econômicos como condição fundamental para o sucesso da iniciativa.

Os últimos esforços do Conselho foram incluir a tecelagem Ítalo Setti, a Fábrica de Móveis Santa Terezinha, a Odeon, Instalações da Brastemp, a sede da Elni, a Ala Zero da Volkswagen e o Estádio Primeiro de Maio na listagem do Inventário. Mesmo assim, desses bens, apenas a Elni e o Estádio foram incluídos na primeira fase, que realizou os tombamentos provisórios. E sintomático também é o fato de que a sugestão de Vera Rotondo não tenha encontrado eco para além da mencionada reunião do Conselho. Anos mais tarde, com o falecimento de Bruno Corazza no final da década de 2000, a discussão do patrimônio industrial no COMPAHC praticamente desapareceu do COMPAHC.

Esse silêncio a respeito do patrimônio industrial dentro do próprio COMPAHC pode ser explicado pela notável ausência, no Conselho, de representantes ligados à indústria e à classe trabalhadora²⁹. Tal fato pode, por um lado, trazer à tona a questão dos limites da permeabilidade do Conselho à representatividade dos vários setores organizados da sociedade bernardense. Por outro, faz pensar por que os movimentos sociais bernardenses, especialmente os ligados às causas trabalhistas, ainda não consideraram a busca de reconhecimento de sua memória coletiva no espaço urbano como uma frente de ação

²⁹As entidades presentes ao longo da história do COMPAHC se resumem à Associação dos Engenheiros e Arquitetos do ABC, à Associação dos Engenheiros e Arquitetos de São Bernardo do Campo e à Associação Comercial e Industrial de São Bernardo do Campo;

política legítima de disputas materiais e simbólicas sobre a cidade, aspectos que constituem a natureza do patrimônio cultural.

Não seria enriquecedor para a discussão do patrimônio industrial no COMPAHC a participação de organizações como o Sindicato dos Metalúrgicos e a Força Sindical? Alguns desses órgãos mantêm seus próprios centros de memória e certamente prestariam uma importante contribuição à memória da classe trabalhadora. Em outra frente, o envolvimento de industriários na preservação do patrimônio cultural já se demonstrou viável em outras ocasiões como no tombamento da Chácara Lauro Gomes em propriedade da Ford.

Pelo espelho retrovisor – Descaminhos da “Detroit Brasileira”

Apesar de todos os valores mobilizados, é a perspectiva da perda que aparece como a maior motivação de Vera Rotondo para sugerir o tombamento do edifício da Volkswagen, assim como a que levou o munícipe a apelar pelo tombamento da chaminé da Cerâmica Garcez e tantos outros casos, não só em São Bernardo do Campo como em toda a grande São Paulo. Na passagem acima, Corazza vai além chamando a atenção para a perda do valor de uso também de objetos e maquinário das fábricas. Tal perspectiva está diretamente associada ao processo de desindustrialização, que acarreta o esvaziamento de antigos centros industriais e novos arranjos nas formas de ocupação urbana nesses vazios.

Em São Bernardo, grandes plantas industriais à Via Anchieta vem se desmantelando dando lugar a galpões e armazéns menores e fábricas com tecnologias avançadas e menor quadro de funcionários. Além disso, o mercado imobiliário na cidade ganha novo fôlego com a recente inauguração do trecho sul do Rodoanel, que só veio reforçar a importância da posição geográfica estratégica de São Bernardo do Campo entre o porto de Santos e a capital paulista. O mercado imobiliário também tem interferido consideravelmente no tecido urbano com a construção de condomínios de apartamentos oferecidos ao consumidor em preços bastante competitivos em relação à cidade de São Paulo. E, por fim, o anúncio das obras do metrô leve do ABC tem causado desapropriações e valorização dos terrenos em São Bernardo aumentando o valor dos terrenos e a especulação.

Embora a economia do município ainda seja baseada na produção industrial, a evasão industrial e a reconfiguração tecnológica de suas fábricas trouxe sérias conseqüências também para o mercado de trabalho. Empresas que mantinham um número de funcionários na casa das dezenas de milhares descentralizaram a produção e terceirizaram grande parte dos serviços aumentando consideravelmente os níveis de desemprego. “O trabalho organizado foi solapado pela reconstrução de focos de acumulação flexível” que “parece implicar níveis relativamente altos de desemprego (...) e o retrocesso do poder sindical – uma das colunas políticas do regime fordista” dando lugar a um vasto movimento no chamado setor de serviços e ao trabalho informal (HARVEY, 1994), o que ajuda a explicar também a pulverização da força política dos movimentos sindicais.

Os movimentos trabalhistas bernardenses malograram na tentativa de implementar seu projeto político no governo federal quando Lula, por meio do Partido dos Trabalhadores, perde as primeiras eleições presidenciais diretas no fim dos anos 80. Fernando Collor, eleito presidente, em sua gestão abre caminho para a proposta neoliberal de desregulamentação, flexibilização, privatização acelerada e desindustrialização. Assim, a força política do sindicalismo, que se apoiava em grande parte na própria organização fordista-taylorista principalmente da indústria automobilística brasileira sofre um duro golpe. “O universo político e ideológico do mundo sindical de esquerda, incapaz de buscar novas alternativas socialistas, (...) cada vez mais se insere na preservação do chamado *welfare state* no universo da ação socialdemocrática” como única alternativa política possível para se combater o neoliberalismo (ANTUNES, 2003).

Nesse sentido os significados sociais presentes no Estádio 1º de Maio na Vila Euclides, por exemplo, certamente que transbordam para muito além do esporte e lazer na cidade. Por ter sido palco de uma das maiores greves trabalhistas da história do país, cuja importância extrapola a causa operária e dá força ao processo político de redemocratização do país contra a ditadura, a importância simbólica do Estádio é ímpar e muito cara aos vários movimentos sociais que estiveram ali presentes dia primeiro de maio de 1980. É relevante lembrar que dali surgiu um projeto político que, conduzido fundamentalmente pelo Partido dos Trabalhadores, alcançou a presidência da República em 2002.

No que se refere à expressão cultural desses movimentos, Luiz Roberto Alves, respaldado por sua experiência política na região, constata que à “modernidade grandeabecediana (...) carece pensar se nesta região as culturas do trabalho se fundiram às culturas da cidade”.

Alves defende que ainda cabe a proposta de “principalmente, a partir da cultura, pensar e interpretar a cultura política dos governos e da sociedade civil”. (ALVES, 2009). Trata-se de apreender a *dimensão cultural* presente no universo do cotidiano e do trabalho, prioritariamente (MENESES, 1995). É essa dimensão cultural que qualifica o patrimônio cultural enquanto tal.

Partindo da premissa de que as indústrias condicionaram fortemente os padrões de urbanização, e as formas de ocupação do território em seu entorno, e diversas formas de sociabilidade, mesmo que traga à tona *memórias difíceis* (RODRIGUES, 2010), o patrimônio industrial constitui-se, portanto, também como um espaço privilegiado de reflexão crítica sobre a cidade que se deseja para o futuro. É nesse sentido que a discussão da preservação do patrimônio industrial de São Bernardo se mostra ao mesmo tempo fecunda e desafiadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Luiz Roberto. *Grande ABC: culturas que excedem o lugar culturalizado*. Santo André, Alpharrabio Edições, 2009.
- ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez Editora, Campinas: Editora da Unicamp, 2003;
- CHAUÍ, Marilena (org). Política cultural, cultura política e patrimônio. In *Direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. SP: DPH, 1992;
- COSSONS, Neil. Perspectivas, percepções e o público. *Urbana*, ano 3, nº3, 2011;
- GITAHY, Leda. *A new paradigm of Industrial Organization. The Diffusion of Technological and Managerial Innovations in the Brazilian Industry*. Uppsala University, 2000;
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo, Edições Loyola, 1994;
- HARVEY, David. *Espaços de esperança*. São Paulo, Edições Loyola, 2004;
- HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos. O breve século XX: 1914-1991*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995;
- LOPES, Juarez Brandão. As ciências sociais, a cidade e o arquiteto. In *Anais do Seminário: O estudo da história na formação do arquiteto. Pós*. São Paulo, FAU-USP, 1995;

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes. A Cidade como Bem Cultural In: BASTOS, R.L [et al] (org). *Patrimônio: Atualizando o Debate*. São Paulo: 9ªSR, IPHAN, 2006

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes. Os usos culturais da cultura: contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais. In: E. Yazigi. (Org.). *Turismo, espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1996;

PAIVA, Marcelo Cardoso de. O COMPAHC de São Bernardo do Campo e a Preservação do Patrimônio: Uma Trajetória. *VI Seminário Nacional do Centro de Memória da UNICAMP "Memória e Patrimônio"*. Campinas, Outubro de 2009;

RODRIGUES, Marly. Patrimônio industrial, entre o fetiche e a memória. *USJT, arq.urb*, n.3, primeiro semestre de 2010